**[LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.492-1997?OpenDocument)**

Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

.

**CÓDIGO DE NORMAS – CGJ/ES** [**http://www.tjes.jus.br/corregedoria/legislacao/codigo-de-normas/**](http://www.tjes.jus.br/corregedoria/legislacao/codigo-de-normas/)

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

[**2018 - PROVIMENTO Nº 72, DE 27 DE JUNHO DE 2018**](http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3502)

Dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil.

[**2017 - PROVIMENTO Nº 61 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**](http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3370)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional

**2016 - DECRETO Nº 028, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

[**http://legislacaocompilada.com.br/linhares/Arquivo/Documents/legislacao/html/D282016.html**](http://legislacaocompilada.com.br/linhares/Arquivo/Documents/legislacao/html/D282016.html)

Regulamenta o Protesto das Certidões de Dívida Ativa no Âmbito do Município de Linhares, e dá outras Providências.

[**2013 - PROVIMENTO Nº 30 DE 19 DE ABRIL DE 2013**](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/provimentos/provimento_30.pdf)

Disciplina a recepção e protesto de cheques.

[**2011 - PROVIMENTO nº 026 DE 19 DE MAIO DE 2011 - CGJ**](https://selo.tjes.jus.br/selodigital/Arquivos/Provimento026-2011.pdf)

Autoriza e disciplina a implantação do Selo Digital de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro e do Projeto Piloto no Estado do Espírito Santo.

[**2005 - LEI No 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005**](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm)

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

[**2004 - LEI No 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11076.htm)

Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei no 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

[**2000 - LEI No 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10169.htm)

Regula o § 2o do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

[**1999 - LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9841-5-outubro-1999-369202-norma-pl.html)

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

[**1997 - LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9492.htm)

Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

[**1996 - DECRETO No 1.799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1799.htm)

Regulamenta a Lei n° 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

[**1994 - LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994**](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8935.htm)

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

[**1994 - LEI No 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994**](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8929.htm)

Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.

[**1992 - DECRETO No 578, DE 24 DE JUNHO DE 1992**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0578.htm)

Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Divida Agrária.

[**1990 - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

[**1985 - LEI Nº 7.401, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1985**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7401.htm)

Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.

[**1985 - LEI No 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7357.htm)

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

[**1980 - LEI Nº 6.840, DE 03 NOVEMBRO DE 1980**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6840.htm)

Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.

[**1980 - LEI No 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6830.htm)

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

[**1979 - LEI Nº 6.690, DE 25 DE SETEMBRO DE 1979**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6690.htm)

Disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.

[**1975 - LEI No 6.268, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1975**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6268.htm)

Dispõe sobre a averbação do pagamento de títulos protestados, a identificação do devedor em títulos cambiais e duplicatas de fatura e dá outras providências.

[**1973 - LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973**](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6015original.htm)

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

[**1969 - DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0911.htm)

Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sôbre alienação fiduciária e dá outras providências.

[**1969 - DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0857.htm)

Consolida e altera a legislação sôbre moeda de pagamento de obrigações exeqüíveis no Brasil.

[**1969 - DECRETO-LEI Nº 413, DE 09 DE JANEIRO DE 1969**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0413.htm)

Dispõe sôbre títulos de crédito industrial e dá outras providências.

[**1968 - LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968**](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5474.htm)

Dispõe sôbre as Duplicatas, e dá outras providências.

[**1967 - DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0167.htm)

Dispõe sôbre títulos de crédito rural e dá outras providências.

[**1966 - DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D57663.htm)

Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

[**1966 - DECRETO No 57.595, DE 4 DE JANEIRO DE 1966**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D57595.htm)

Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques.

[**1930 - DECRETO Nº 19.473 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1930**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19473.htm)

Regula os conhecimentos de transporte de mercadorias por terra, água ou ar, e dá outras providências.

[**1912 - DECRETO No 2.591, DE 7 DE AGOSTO DE 1912**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2591_1912.htm)

Regula a emissão e circulação de cheques

[**1908 - DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL2044.htm)

Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

[**1903 - DECRETO Nº 1.102, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1102.htm)

Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazens gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.